

### Ponto de vista: o ponto cego das teorias da polifonia

Point of view : the blind spot of the theories of polyphony

**Mónica G. Zoppi FONTANA\***

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP/BRASIL

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ/BRASIL

#### **RESUMO**

Neste artigo vamos discutir algumas questões sobre a subjetividade e a polifonia nos estudos enunciativos da linguagem. Para isso, percorremos um certo caminho, apresentando como Anscombe e Ducrot trazem o conceito da polifonia para os estudos linguísticos e a reconfiguração dada a este conceito por Carel e Ducrot. Após, mostraremos como a questão do *ponto de vista* vem sendo tratada em estudos desenvolvidos no Brasil, a partir do funcionamento do *agenciamento enunciativo* proposto por Guimarães.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polifonia. Subjetividade. Enunciação.

#### *ABSTRACT*

*In this article, we discuss some issues about the subjectivity and polyphony studies set out from the language. At first, introducing the concept of*

---

\*Sobre a autora ver página 283.

*polyphony that Anscombe and Paige established in their linguistic studies and the reconfiguration of this concept by Carel and Duprot. Secondly, we discussed how the point of view is treated in studies developed in Brazil, from the operation enunciative forwarding information proposed by Guimaraes.*

KEYWORDS: *Polyphony. Subjectivity. Enunciation.*

## 1 A problemática da enunciação

Os estudos enunciativos têm tradicionalmente centrado seu objeto na descrição e na definição teórica da relação estabelecida entre os enunciados com o acontecimento da enunciação e o sujeito da enunciação. Na literatura especializada, essas questões se apresentam reunidas em torno do que se convencionou chamar *o elemento subjetivo ou subjetividade da linguagem e a polifonia ou presença de diferentes pontos de vista ou vozes nos enunciados*.

Embora possam ser consideradas de forma separada e independente para efeitos de exploração teórica e descritiva, ambas as questões estão fortemente imbricadas no seu funcionamento e representam, na sua relação, as diversas aproximações *linguísticas* ensaiadas ao longo do tempo para explicar teoricamente a relação língua-sujeito-sentido-mundo, que na sua abrangência ultrapassa em muito os limites da teoria linguística e gramatical. Authier-Rèvuz (1990) é uma autora que desenvolve de forma teoricamente articulada uma reflexão sobre essas duas vertentes da problemática enunciativa, ao relacionar o funcionamento da heterogeneidade enunciativa (a presença do o/Outro no enunciado) aos processos de constituição do sujeito de enunciação.

No nosso trabalho recente temos abordado essas questões pelo crivo do *agenciamento enunciativo* (GUIMARÃES, 2002), cujo estatuto conceitual nos serve de bússola para nortear uma reflexão teórica consequente com princípios epistemológicos que inscrevem o estudo da enunciação no campo das abordagens materialistas da linguagem. Em nosso percurso de pesquisa temos explorado essa problemática a

partir de uma abordagem da enunciação que considera a historicidade do acontecimento enunciativo e a divisão política da(s) língua(s) como constitutivas do sentido dos enunciados. Para isso, seguindo o caminho aberto por Guimarães (1989; 1995), estabelecemos um diálogo com a Teoria da Análise do Discurso, na linha de reflexão teórica iniciada por Pêcheux e colaboradores no fim da década de sessenta<sup>1</sup>.

Esta tomada de posição teórica se reconhece na particular configuração dos trabalhos em Semântica da Enunciação desenvolvidos no Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp) por autores como Vogt (1977; 1980) e Guimarães (2007a; 1995; 2002 e 2011, entre outros), que trouxeram para o campo dos estudos semânticos uma preocupação por considerar de forma consequente as determinações históricas que afetam os enunciados, intervindo na constituição de seu sentido. Parafraseando a Fuchs & Pêcheux (1990), podemos afirmar que no nosso trabalho temos tratado a questão da enunciação a partir de "*uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito em sua concreta situação de enunciator*" (FUCHS; PÊCHEUX, 1990, p. 171).

## 2 A crítica à tese da unicidade do sujeito falante

A crítica ao pressuposto da unicidade do sujeito falante que se encontra na base da descrição linguística do sentido dos enunciados foi feita por Ducrot (1984) no seu trabalho de apresentação da problemática da *polifonia*. Embora alguns autores anteriores possam ser considerados antecedentes importantes para esse questionamento, é com Ducrot que ele alcança o estatuto de uma proposta orgânica de descrição semântica. A noção de *polifonia* aparece pela primeira vez em Ducrot (1980), é desenvolvida nos livros publicados em 1984 e 1988 e fica depois praticamente esquecida por este autor até publicações recentes (2001)<sup>2</sup>. A tese de base defendida por esta teoria semântico-enunciativa afirma que a descrição do sentido dos enunciados deve considerar o funcionamento de múltiplas entidades ou seres de discurso, que se mostram como

<sup>1</sup> Cf. Pêcheux (1988, 1990a, 1990b); Fuchs e Pêcheux (1990); Courtine (1981; 1982); Henry (1992); Malidier (1990), entre outros.

<sup>2</sup> Cf. Barbisan e Teixeira (2002).

origem ou instância enunciativa dos conteúdos semânticos presentes nos enunciados. Mais adiante apresentamos de forma sucinta esta teoria.

Em trabalhos anteriores (ZOPPI FONTANA, 2004; 2014) abordei essa problemática a partir dos efeitos da **metáfora do teatro** na teorização, apontando para os processos analógicos que levam a comparar a *enunciação* com uma prática de encenação e o *enunciado* com um palco, onde diversas personagens percebem/focam (ponto de vista/olhar) e falam (voz) diferentemente sobre o mundo e suas relações.

Retomo brevemente aqui a discussão já desenvolvida para melhor situar a reflexão atual. Em Zoppi Fontana (2014, p. 18), após uma revisão de autores como Bréal, Bally e Ducrot, concluíamos que o funcionamento da **metáfora do teatro** em relação à teorização sobre o acontecimento da enunciação, mobilizava dois modos de compreensão/descrição dessa problemática:

1-Como **encenação**, o que leva a considerar uma multiplicidade de figuras enunciativas (máscaras) mostradas pelo enunciado, organizadas em relação à figura do locutor, que funciona (pela presença ou ausência) como princípio organizador. Neste caso, entende-se o "desdobramento da personalidade" como uma multiplicação dos lugares de enunciação disponíveis para o sujeito, o qual fica necessariamente fora do jogo enunciativo, irredutível na sua posição de autor/diretor da peça. Dito de uma outra maneira, desde que a relação que se estabelece entre o sujeito falante e as diferentes figuras enunciativas é de irredutível exclusão (a descrição do sentido de um enunciado **só** considera as últimas), a multiplicação dos lugares de enunciação não abala estruturalmente ao sujeito, o que é ainda representado (ou suposto, nos casos em que não há uma explicitação teórica a seu respeito) como dono e mestre de um dizer intencionalmente orientado<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Authier-Revuz (1982, p. 143) aponta para este resíduo teórico da descrição polifônica da enunciação quando afirma: "Se o ego preenche para o sujeito uma função real essencial, que é a função do desconhecimento, é tarefa do lingüista reconhecer, na ordem do discurso, a realidade das formas pelas quais o sujeito se representa como centro de sua enunciação, porém, sem ficar ele mesmo preso a esta representação ilusória. Na falta deste deslocamento teórico, as noções de "distância", de "suspensão local do compromisso assumido pelo falante com seu enunciado", de sujeitos susceptíveis de conjugar ou de diferenciar suas funções de "sujeito falante, locutor, enunciator", reconduzem, sob uma forma amenizada e mais complexa, ao modelo de locutor fonte uma de um discurso controlado: ele se tornaria, se se quer, de solista em maestro da orquestra".

2-Como **lugar de estranhamento**, isto é, como o espaço que produz um olhar externo revertido sobre o próprio sujeito, que lhe permite observar-se no acontecimento de linguagem e, como efeito desse olhar, reconhecer-se como sujeito da/na linguagem. Em outras palavras, esta interpretação da metáfora do teatro leva necessariamente a considerar uma posição de exterioridade do sujeito em relação a si mesmo, produzida na e pela própria linguagem, que obriga a entender o "desdobramento da personalidade" como a representação **na** língua de uma cisão constitutiva do sujeito, autor e espectador ao mesmo tempo do acontecimento de linguagem<sup>4</sup>. Importa notar ainda que, quando a metáfora do teatro é interpretada desta maneira, à analogia entre o funcionamento da linguagem e o funcionamento da representação teatral se acrescenta (sintomaticamente) uma comparação com o funcionamento enunciativo do sonho<sup>5</sup>.

Na época destas reflexões, eu estava ocupada com a definição dos efeitos de desdobramento e distanciamento do locutor em relação ao enunciado e com a definição de um efeito de exterioridade que não considerasse a subjetividade como centro organizador da enunciação. Assim, os desdobramentos dessa reflexão sobre a metáfora do teatro me levaram a um estudo das formas linguísticas em relação aos efeitos de subjetividade/objetividade produzidos nos enunciados.

Neste trabalho, o interesse recai já não sobre os efeitos de unicidade ou desdobramento da figura do locutor, mas sobre a definição e descrição dos funcionamentos enunciativos identificados por diversos autores como *pontos de vista* e que eu tratarei, como já anunciado, a partir do funcionamento do *agenciamento enunciativo* no acontecimento da enunciação. Esta questão nos leva a revisitar as teorias sobre a polifonia dos enunciados para discutir o estatuto teórico atribuído nelas aos pontos de vista.

<sup>4</sup> A descrição proposta por Authier-Révuz (1990) para a *modalização autonímica* considera a representação imaginária de um desdobramento do sujeito da enunciação, que é representado por meio de glosas metaenunciativas simultaneamente como enunciator e observador de sua prática de linguagem.

<sup>5</sup> Cf. Bréal (1992, p. 157) sobre "o aspecto subjetivo da linguagem": "Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que proponho chamar o aspecto subjetivo da linguagem".

Para avançar na discussão, é produtivo lembrar rapidamente do desenvolvimento da noção de *polifonia* no campo dos estudos linguísticos e principalmente semânticos. Para isso, acompanhamos a revisão apresentada por Anscombe (2009). Conforme este autor, poderiam se reconhecer três períodos no desenvolvimento de uma abordagem polifônica dos enunciados no campo da Linguística.

O primeiro período, que se inicia a fim dos anos setenta, generaliza a tese da multiplicidade de vozes em um mesmo enunciado, alargando os alcances dos estudos sobre o funcionamento do discurso relatado, especificamente do discurso indireto livre (BANFIELD, 1979; PLÉNAT, 1979). O autor também menciona os trabalhos de Authier-Rèvuz (1978), cujas primeiras análises sobre as diversas formas de discurso relatado datam de fim dos anos setenta, e ele reconhece a trajetória particular da reflexão desta autora, que desde o início se colocou como objetivo desenvolver uma *teoria global da representação de um discurso Outro no discurso*, dando origem à noção de *heterogeneidade enunciativa*, que terá forte impacto nos estudos enunciativos e discursivos durante a década de oitenta e posteriores.

O segundo período, segundo o autor, é aquele em que os estudos semânticos se apropriam da tese da multiplicidade de vozes no enunciado, dando lugar à Teoria da Polifonia, desenvolvida por Oswald Ducrot (1984) a partir de início da década de oitenta, e que teve importantes desdobramentos em diversos autores, que aplicaram sistematicamente os princípios polifônicos à descrição semântica. Esta aposta teórica se funda numa rejeição fundamental à tese da unicidade do sujeito falante, defendendo a presença de múltiplas vozes no enunciado e, posteriormente, no texto e no discurso, como o sugere a proposta do grupo *Scapoline* (Teoria Escandinava da Polifonia Linguística), representada pelos trabalhos de Nølke, Flottum e Norem (2004). A Teoria da Polifonia proposta por Ducrot (1984) foi utilizada desde seu início para descrever o funcionamento de conectores e operadores argumentativos e foi logo articulada com a Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por esse autor em conjunto com Anscombe e outros colaboradores, em torno da noção de *topos argumentativo*<sup>6</sup>;

<sup>6</sup> Ducrot e Anscombe (1983).

consequentemente, a noção de polifonia esteve associada, nesses autores, a uma posição não referencialista da descrição linguística da significação e do sentido dos enunciados. Assim, na sua versão mais radical (ANSCOMBRE, 2005), a Teoria da Polifonia linguística sustenta que *por trás das palavras só há outras palavras* e que a descrição do sentido de um enunciado não tem nada a ver com uma suposta descrição da realidade; ao contrário, é preciso considerar a relação desse enunciado com outros discursos. Todo enunciado seria, portanto, polifônico a partir de seu nível mais profundo e os objetos ou entidades objetais só refeririam a um *feixe de discursos*: disso se trata a *ilusão objetual fundamental da linguagem* (ANSCOMBRE, 2005, p. 85).

O terceiro período no percurso dos estudos polifônicos, conforme apresentado por Anscombre (2009), se iniciaria aproximadamente no ano 2000. “É efetivamente a irrupção em primeiro plano dos fenômenos da *evidencialidade* (*‘mediativité’*) e a importância que lhes será atribuída que se encontram na origem de uma renovação da polifonia”. Essa nova inflexão nos estudos da polifonia estaria marcada pelo surgimento de publicações dedicadas ao tema, como, por exemplo, o número “*Les sources du savoir*” da revista *Langue Française* (102/1994), organizado por P. Dendale e L. Tasmowski; os trabalhos de Guentcheva (1996) e de Coltier e Dendale (2006) sobre a mesma temática<sup>7</sup>, os estudos de Anscombre (2000) e Kleiber (2000) sobre as fórmulas sentenciosas genéricas, e finalmente a difusão dos trabalhos de Authier-Rèvuz (1990) sobre heterogeneidade enunciativa.

A atualidade da problemática da polifonia nos estudos semânticos e especificamente no campo dos estudos da enunciação tem se mostrado com força nos últimos anos, dando lugar a publicações importantes que trazem novas contribuições para essa questão. Assim, podemos mencionar o número “*La polyphonie linguistique*” da revista *Langue Française* (164/2009), organizado por M. Birkelund, H. Nølke

---

<sup>7</sup> No nosso trabalho (ZOPPI FONTANA; FAGUNDES, 2008), abordamos o funcionamento da evidencialidade em um corpus representativo do discurso jurídico, propondo uma análise que explicava o funcionamento das diversas formas de evidencialidade presentes nos enunciados com base nas noções de *interdiscurso* e *efeito de preconstruído*, articulando a descrição semântico-enunciativa a uma interpretação discursiva dos enunciados.

e R. Therkelsen; o número “Attitudes ou contenus?” da *Revue Romane* (40/2005), organizado por M. Carel e C. Rossari; a publicação dos anais do Colóquio “*Dialogisme et polyphonie*” (2005), organizado por J. Brès, H. Nølke et al.; e o número “Les sens et ses voix” da revista *Recherches Linguistiques* (28/2006), organizado por L. Perrin.

### 3 Teorias da Polifonia

Neste trabalho almejamos levantar algumas questões cruciais para a descrição do sentido dos enunciados, que aparecem trabalhadas pelas diferentes abordagens da problemática da polifonia. Nosso intuito, mais do que descritivo, é crítico: objetivamos apontar para o problema teórico da definição da noção de *ponto de vista*, que se apresenta como um ponto cego epistemológico que é contornado das mais diversas maneiras pelos diferentes autores.

Para avançar na discussão, trazemos aqui as considerações realizadas por Anscombre (2009), que resume exemplarmente o conjunto de decisões teóricas que deve tomar uma descrição polifônica do sentido dos enunciados.

A primeira questão apontada pelo autor é de natureza epistemológica: uma teoria da polifonia deve decidir se ela se inscreve no domínio da *pragmática* ou no domínio da *semântica* (incluindo aqui uma *pragmática integrada*). A escolha feita em relação a essa primeira questão faz surgir imediatamente uma segunda, a saber: seriam todos os enunciados polifônicos ou somente uma parte dentre eles? A estas duas questões de base se somam outras de caráter metodológico. Como identificar os diferentes locutores, enunciadores e pontos de vista? Seria possível propor critérios fiáveis de descoberta? Finalmente, o autor coloca a questão que nos toca mais de perto: qual é a natureza semântica exata dos enunciadores e dos pontos de vista? Que relações se estabelecem entre estes dois tipos de entidades? Quais são as relações entre locutores e enunciadores? Poderia haver relações dos enunciadores entre si? (ANSCOMBRE, 2009, p. 21).



Antes de nos debruçarmos sobre as diversas respostas dadas a este conjunto de questões, é necessário apresentar sumariamente as principais noções propostas pela Teoria da Polifonia no âmbito da linguística. Os trabalhos pioneiros de Ducrot (1980), que desenvolvem uma crítica teoricamente sustentada ao pressuposto da *unicidade do sujeito falante* nos estudos linguísticos, dão início a uma abundante produção bibliográfica em torno da questão da polifonia no campo da Linguística, que articula essa questão ao estudo da argumentação, do discurso relatado, da modalidade, da evidencialidade e, em alguns autores, da organização textual (principalmente de textos narrativos).

Em primeiro lugar, a partir de Ducrot (1984) se diferencia o sujeito falante que produz o enunciado das figuras enunciativas que permitem uma descrição semântica. O primeiro, que coincide na proposta ducrotiana com uma noção empírica de *autor*, é considerado um ser no mundo real, portanto exterior à língua, e sua existência concreta é condição de possibilidade para que um enunciado venha a ser; porém, a descrição linguística não toma este autor empírico nem este nível de funcionamento do enunciado como relevantes para a teoria e análise semânticas. Diferentemente do sujeito falante ou autor empírico dos enunciados, encontramos a figura do *locutor* como noção teórica e metodológica própria das teorias linguísticas da Polifonia. Embora haja pequenas variações na definição fornecida pelos diversos autores, as diferentes abordagens coincidem em definir o *locutor* (*L*) como uma figura enunciativa (“ser de discurso” nos termos de Ducrot, 1984) que o mesmo enunciado apresenta como sendo responsável pela enunciação. O locutor (*L*) e o falante ou autor empírico podem não coincidir em relação a um enunciado, como é o caso exemplar de leitura de um testamento (o locutor representado pela assinatura não coincide com aquele que executa a leitura do texto), assim como no caso usual dos formulários impressos ou *online* que devem ser preenchidos e assinados. Neste caso, o formulário foi feito por uma pessoa e o locutor (*L*) - aquele que o enunciado apresenta como responsável pela enunciação não coincide com o autor do

formulário. Porém, Ducrot (1988) já apontava para a natureza híbrida e para o funcionamento enunciativo complexo da assinatura, na qual se confundem a figura do locutor e o sujeito falante: ela mostra simultaneamente o locutor enquanto responsável pela enunciação e o falante enquanto autor dos enunciados. Ainda em relação a este segundo nível de funcionamento dos enunciados no acontecimento da enunciação, Ducrot (1984) introduz a figura enunciativa do *locutor enquanto-pessoa-no-mundo* ( $\lambda$ ) que é a representação linguística do ser do mundo real subjacente ao *locutor* ( $L$ ). Enquanto representação linguística de um ser real,  $\lambda$  pode se mostrar como afetado por emoções e sentimentos: no enunciado *Eu estou feliz de te encontrar*, o pronome “eu” refere a  $\lambda$ . Entre os autores que trabalham com uma descrição polifônica do sentido dos enunciados encontramos ainda a proposta de um *ex-locutor* (Anscombe, 1990), para referir a um locutor de uma enunciação anterior que aparece reintroduzida no enunciado, é o caso da negação metalinguística analisado por Anscombe (1990): a negação opera sobre a enunciação de um *ex-locutor* (*ex-L*), introduzida no enunciado pelo *locutor* ( $L$ ). E ainda temos a figura de um *ON-Locutor*, proposta por Anscombe (2005), a partir dos trabalhos de Berrendonner (1981), que designa uma *comunidade linguística* e que se apresentaria como o responsável pelos enunciados proverbiais ou enunciados genérico-sentenciosos. Por sua parte, na teoria da *ScaPoLine* a figura LOC é definida como *locutor-enquanto-construtor da enunciação* e caracterizada como a figura que assume a responsabilidade pela enunciação, pelos atos ilocucionários e modalizações presentes nos enunciados e funciona como centro de convergência das marcas deícticas (NØLKE, 2008).

Embora haja algumas divergências em relação à definição e descrição do funcionamento da figura enunciativa do *locutor* e seus correlatos, a controvérsia se instaura, de fato, quando se trata de definir as entidades enunciativas do terceiro nível de descrição semântica, aquele que representa o funcionamento da figura enunciativa do *enunciador* e sua relação com o *ponto de vista*.

## 4 A noção de ponto de vista

A problemática do *ponto de vista* (ou *perspectiva enunciativa* ou, ainda, *vozes*) como constitutiva da descrição do sentido dos enunciados é subsidiária, no campo da linguística, de uma reflexão sobre a relação sujeito-enunciado-sentido que encontra seus antecedentes nos estudos sobre modalidade e pressuposição, desembocando na Teoria da Polifonia (DUCROT, 1984) e suas reformulações. Ducrot (1984) reconhece esse percurso, ao citar as obras de Bally (1965) e de Banfield (1979) como inspiradoras do seu trabalho, além de acrescentar os autores que, no campo dos estudos literários e estéticos, têm desenvolvido teoricamente a problemática da focalização narrativa (GENETTE, 1972), e da polifonia ou do romance plurivocal (BAKTHIN, 1981).

Para apresentar de forma resumida o conjunto de aspectos que envolve esta ampla problemática, retomamos as perguntas que abrem a texto de Rabatel (1998) dedicado ao estudo da “construção textual do ponto de vista”. Embora não compartilhemos do mesmo enfoque teórico, retomamos suas perguntas iniciais porque elas mapeiam os principais aspectos envolvidos pelo estudo dos *pontos de vista*.

O que é um ponto de vista? É possível definir de forma não metafórica esta noção, sem referi-la à visão, à percepção, à imagem fixa ou móvel? Que marcas linguísticas sinalizam um efeito de ponto de vista? Onde começa e onde termina o ponto de vista? (RABATEL, 1998, p. 8, nossa tradução).

Nas perguntas trazidas por este autor observamos o forte impacto na teorização linguística dos estudos sobre técnica narrativa desenvolvidos no campo da literatura, que associam o ponto de vista ao campo de visão de uma personagem ou do narrador<sup>8</sup>. Esta citação mostra a complexidade dos funcionamentos semânticos que são tratados

---

<sup>8</sup> Trata-se da metáfora do olhar que nós já sinalizávamos no nosso trabalho (ZOPPI FONTANA, 2014) e de seus efeitos reducionistas que associam a significação a processos de apreensão/percepção cognitiva do real. Por outro lado, ao se interrogar sobre os limites de um ponto de vista, encontramos na citação traços de uma tentativa de descrever os pontos de vista a partir de uma abordagem segmental, que visa sua delimitação distribucional no texto.

sob o termo *ponto de vista*. Embora possa se traçar o percurso de uma preocupação linguística pelo estudo dos *pontos de vista* remontando aos trabalhos que se debruçaram sobre as formas do *discurso indireto livre* (AUTHIER-RÈVUZ, 1978; BANFIELD, 1979; PLÉNAT, 1979), é nas chamadas Teorias da Polifonia, aparecidas principalmente em início dos anos oitenta, que esta questão ganhou relevância e definição teóricas. A problemática do *ponto de vista* faz parte constitutiva de uma reflexão sobre a *polifonia* e está articulada à discussão de outras noções como as de *locutor e enunciador*.

De acordo com Barbisan e Teixeira (2002, p. 166), é no seu livro *Les mots du discours* (1980) que Ducrot faz alusão pela primeira vez ao conceito de polifonia: o enunciado mostra sua enunciação. Nessa descrição da enunciação que constitui o sentido do enunciado se deve distinguir o autor das palavras (*locutor*) e os agentes dos atos ilocutórios (*enunciadores*). Nesse momento da teorização sobre a polifonia, os enunciadores são descritos no quadro conceptual de uma teoria dos atos de fala como aqueles a quem se atribui a responsabilidade pelos atos ilocutórios que o enunciado do locutor veicula. Porém, essa caracterização não permanece por muito tempo nos textos de Ducrot e já em 1984, com a publicação do livro *Le dire et le dit*, a figura do *enunciador* recebe uma nova definição.

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras [...] O locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. (DUCROT, 1987, p. 192-193).

Ducrot estabelece uma analogia com a teoria da narrativa proposta por Genette (1972), ao afirmar que há uma correspondência entre a noção de *enunciador*, que ele mesmo propõe, e a de *centro de perspectiva* trabalhada por Genette. Poucos anos depois, nas conferências ministradas

na Universidade de Cali, o autor vai novamente redefinir o conceito de *enunciador*, desta vez articulando a Teoria da Polifonia à Teoria da Argumentação na Língua que desenvolvia na época conjuntamente com J-C. Anscombe.

Todo enunciado apresenta um certo número de pontos de vista relativos às situações das quais se fala (esses pontos de vista são chamados “espaços mentais” por Fauconnier e “universos de crença” por Martin) [...] Chamo “enunciadores” às origens dos diferentes pontos de vista que se apresentam no enunciado. Não são pessoas, mas “pontos de perspectiva” abstratos. (DUCROT, 1988, p. 19-20; nossa tradução)

É também nesse livro que Ducrot explicita a natureza dos pontos de vista: eles são argumentativos.

O valor argumentativo dos pontos de vista dos enunciadores consiste em convocar *topoi* graduais referentes ao estado de coisas do qual se fala. (DUCROT, 1988, p. 150; nossa tradução)

Antes de apresentar o desenvolvimento atual da Teoria da Polifonia, para dar continuidade à reflexão que nos ocupa, interessa citar aqui a conclusão a qual chega Ducrot ao final da sexta e última conferência sobre a Teoria de Argumentação ministrada na Universidade de Cali:

Resumindo, não quero dizer que uma língua produz os *topoi* de uma sociedade, isto seria completamente absurdo. Nem sequer eu quis dizer que uma língua reproduz ou incorpora *todas os topoi* da sociedade. Simplesmente a língua faz necessária a existência de *topoi* em uma sociedade.[...] Não quero dizer, e esta será minha conclusão final, que a língua impõe uma ideologia; parece-me, pelo contrário, que ela nos deixa uma certa liberdade ideológica. Considero que a língua é feita para uma sociedade que tem uma ideologia e que se adapta a essa ideologia, funciona graças a ela. A língua precisa da ideologia. (DUCROT, 1988, p. 151; nossa tradução)

Voltaremos sobre esta questão mais adiante.

Em um artigo de 2001, Ducrot explica em detalhe sua concepção da noção de *enunciador* e sua diferença em relação à abordagem defendida pela teoria *ScaPoLine*. Este momento de elaboração teórica nos interessa especialmente porque, ao defender sua posição, Ducrot explicita o modo como compreende a relação entre o enunciado e o texto e define a figura do enunciador. Para tanto, Ducrot se interroga sobre a natureza dos pontos de vista e responde apresentando três descrições possíveis, se decidindo pela última. A primeira descrição considera que os pontos de vista consistem em palavras efetivamente pronunciadas, mas Ducrot a descarta logo por entender que nesse caso os pontos de vista coincidiriam com o funcionamento do discurso relatado e a figura do enunciador acabaria reproduzindo o funcionamento da figura do locutor. A segunda descrição possível consistiria em definir os pontos de vista como “representações mentais”, porém Ducrot também descarta esta opção em razão de sua tomada de posição epistemológica pelo estruturalismo, que lhe interdita propor explicações do funcionamento da língua por meio de elementos extralinguísticos. Finalmente a terceira descrição dos pontos de vista, que é, aliás, a assumida por Ducrot, os caracteriza como “palavras virtuais” de um discurso concebido sem que nenhuma pessoa o tenha pronunciado. Para Ducrot (2001):

É necessário distinguir para as palavras duas funções possíveis. Uma é a de constituir uma representação da realidade, representação – digamos - linguística, que é aquela na qual vivemos, aquela à qual referem as marcas deícticas e anafóricas (note-se que eu disse “constituir” uma representação e não “exprimir” uma representação presumidamente anterior e caracterizada como “mental”). É este tipo de representações que eu atribuo aos enunciadores: eles *veem* as coisas, mas as veem através das palavras. A segunda função possível das palavras é a atividade da comunicação, atividade que consiste em agir sobre os alocutários por meio dos discursos que lhes são endereçados. É esta segunda função que é, para mim, aquela do locutor; ele a realiza se posicionando em relação às diferentes representações que constituem os “discursos” dos enunciadores. (DUCROT, 2001, p. 13; nossa tradução)

Assim, a figura do enunciador é definida como origem ou fonte de um ponto de vista e como mediação necessária entre a figura do locutor e os pontos de vista, que por sua vez são definidos como representações linguísticas da realidade, constituídas pelo funcionamento da língua na enunciação.

Esta caracterização dos enunciadores como fonte ou origem dos pontos de vista será contestada mais recentemente pela proposta da Teoria Argumentativa da Polifonia (CAREL, 2010 e 2011; LESCOANO, 2011). Citamos a seguir o trabalho de Lescano, onde essa crítica é colocada de forma explícita:

O que é preciso entender como “origem”? Dito de modo simples, os enunciadores seriam os indivíduos (ou conjuntos de indivíduos, considerando-se ON-locutor de Berrendonner/ Anscombe, cf. por exemplo, Anscombe, 2005) a quem são atribuídos os pontos de vista comunicados pelo enunciado. Essa concepção aparece também em certas passagens de Ducrot (1984). Assim, o enunciador omnipresente no incipit de *A Educação Sentimental* é Frédéric Moreau, porque é a ele que pertence forçosamente o *enfim* de impaciência, diz Ducrot. A redefinição dos enunciadores como “fontes” propostas por Nølke et al. (2004), as aproximações entre a Teoria da polifonia e os estudos sobre a mediatividade (Dendale, 1992, Anscombe, 1994) seriam fieis a essa ideia. Por que contestar essa concepção de enunciador? Uma das razões, a meu ver fundamental, é que falando-se em termos de “origem” – quer chamemos de “fonte” (Nølke et. 2004), “responsável” (Desclés e Guentcheva, 2000), “agente da verificação da verdade da proposição” (Berrendonner, 1981), ou “autor” (Anscombe 1994) – torna-se estritamente impossível estabelecer o enunciador certo no nível da frase. E isso é de uma importância extrema quando a polifonia pretende ser linguística: é então no nível da frase (entidade abstrata, e não do enunciado, unidade concreta), que as variáveis polifônicas tomam valores ou são ao menos restritas. (LESCANO, 2011, p. 86)

Embora a noção de enunciador seja redefinida nos trabalhos mais recentes, permanece na teoria a necessidade de um nível de descrição intermediário entre a figura do locutor e os conteúdos semânticos ou

pontos de vista expressos nos enunciados, o que faz necessário explicitar o tipo de relação estabelecido entre os enunciadores e o locutor de um enunciado. Para tanto, é necessário ainda distinguir as atitudes do locutor frente aos enunciadores e os modos como o locutor assimila os enunciadores a personagens do discurso.

Mostraremos como tornamos precisa a distinção entre as atitudes do locutor frente aos enunciadores e o modo como o locutor (ou sujeito falante)<sup>9</sup> assimila os enunciadores a determinada personagem de discurso. (DUCROT; CAREL, 2008, p. 7)

O locutor tem dois tipos de relação com os enunciadores que ele põe em cena em seu enunciado, e que são as origens dos pontos de vista expressos. De um lado, ele os assimila a seres determinados, ou mais frequentemente indeterminados e caracterizados só de modo geral. [...] A segunda tarefa do locutor frente aos enunciadores é a de tomar certas atitudes em relação a eles, as atitudes às quais nos restringimos atualmente sendo o assumir, a concordância e a oposição. Assumir um enunciador é dar como fim à enunciação impor o ponto de vista desse enunciador [...] Dar sua concordância ao enunciador, como é geralmente o caso quando o enunciador é fonte de um pressuposto, é proibir e se proibir, no resto do discurso, contestar o ponto de vista da personagem à qual esse enunciador é assimilado. Enfim, opor-se ao enunciador de um ponto de vista – como faz o locutor de um enunciado negativo em relação ao que seria dito no enunciado positivo correspondente-, é descrever a enunciação como proibindo, no discurso ulterior, assumir ou dar sua concordância a esse enunciador. (DUCROT; CAREL, 2008, p. 7-8)

Nesse artigo, os autores definem os pontos de vista como encadeamentos argumentativos, mais precisamente como aspectos de uma argumentação interna (de acordo com a teoria dos blocos semânticos) e fazem uma observação que, para efeitos de nosso trabalho, importa destacar:

<sup>9</sup> Atente-se para a irrupção do equívoco na tentativa de descrever a relação locutor-enunciadores no acontecimento enunciativo, o que leva a produzir uma sobreposição entre a figura do locutor e a noção de sujeito falante, que se inscreve no texto de Ducrot e Carel (2008) sub-repticiamente por meio de uma incisa com função de glosa meta-enunciativa.



É claro, é somente no enunciado, como ocorrência particular da frase, que o locutor põe em cena enunciadores, assimilações, e toma posição em relação a eles. Nessa medida, uma descrição propriamente linguística não pode dizer quais são as assimilações e atitudes manifestadas em um enunciado. Mas nós mantemos a concepção instrucional da significação segundo a qual a frase coloca exigências, limites e restrições para construir as assimilações e atitudes manifestadas em um enunciado. (DUCROT; CAREL, 2008, p. 7)

Em 2008 Marion Carel revisa os conceitos desenvolvidos até esse momento por Ducrot e por ela mesma e os redefine, renomeando, também, algumas das instâncias enunciativas consideradas. Assim, a autora afirma:

Admitirei que qualquer enunciado possui um autor, responsável pela introdução de diversos conteúdos. Esse autor será chamado *locutor* e será distinto do *sujeito falante*, que é o produtor real do enunciado. [...] Admitirei, além disso, que os conteúdos dos enunciados podem ser introduzidos de diversas maneiras. Essas “maneiras de dizer” do locutor serão descritas por meio de dois parâmetros: a atitude discursiva do locutor e a Pessoa. Por meio da atitude discursiva, o locutor indica o papel que ele entende dar *em seu discurso* ao conteúdo introduzido. Essas atitudes são em número de três. [...] A noção de Pessoa, que permitirá também caracterizar “maneiras de dizer” do locutor, é derivada daquela de enunciador. Os enunciadores, tais como Ducrot os utiliza em *O dizer e o dito*, parecem-me, de fato, ter ao menos duas funções: a de indicar um ângulo de vista (*segundo seu médico, Pedro vai bem*) e a de indicar o que garante a validade do **conteúdo**. (CAREL, 2010, p. 23; destaques da autora)

Em seu papel de ângulo de vista, relativizando os conteúdos introduzidos, os enunciadores não são, portanto, indivíduos particulares. O locutor não procura indicar de quem ele toma o conteúdo [...]. Ele não tem por objeto repetir as palavras ou os pensamentos de ninguém. Ele unicamente os retoma, reutiliza-os, ao relativizar seu **conteúdo**. Poder-se-á reconhecer nessa

noção de ângulo de vista a focalização de Genette. (CAREL, 2010, p. 24; destaques da autora)

O outro papel dos enunciadores, para o qual reservarei o termo Pessoa, é aquele que Berrendonner (1982) descreve como a indicação da garantia de validade do conteúdo. Definirei as Pessoas como sendo “tons”, [...] Enfim, as Pessoas constituem seres míticos: nenhuma corresponde a um indivíduo particular. (CAREL, 2010, p. 24; destaques da autora)

Na descrição das atitudes do locutor, Carel mantém o número e a caracterização propostos para elas no artigo publicado conjuntamente com Ducrot (DUCROT; CAREL, 2008), porém, visando reforçar a natureza discursiva e não psicológica dessas atitudes, as renomeia substituindo o termo “assumir”, que nomeava a primeira atitude, pelo termo “pôr” (o conteúdo é *posto* pelo locutor); e propondo o termo “excluir” em lugar de “recusar” para a terceira atitude (o conteúdo é excluído pelo locutor). Os conteúdos semânticos são de teor argumentativo e são representados nos enunciado, com base na Teoria dos Blocos Semânticos, a partir dos aspectos do encadeamento argumentativo: encadeamentos normativos em *PORTANTO* e encadeamentos transgressivos em *NO ENTANTO*.

Enquanto às Pessoas, no mesmo artigo Carel distingue cinco, a saber: o L (locutor representado pelo *eu*), o TU, o ON/SE (“on” do francês), o ELE ou TERCEIRO (“il” em francês, considerada uma voz mais fraca) e o MUNDO. Em artigos posteriores, Carel passa a descrever as PESSOAS com a noção de “tom”, que Lescano desenvolve como segue:

Para trazer uma definição de enunciador que não se fundamente na origem dos conteúdos comunicados, vou desenvolver uma ideia iniciada em Carel (2008) e Carel (no prelo). Trata-se da ideia de que os enunciadores (para Carel, as “Pessoas”) são figuras míticas – e não indivíduos identificáveis no mundo ou no romance – que, mais do que marcar a origem dos conteúdos, indicam a “força” da asserção, o “tom” do enunciado, essa palavra tomada no sentido de que se pode pedir a alguém que “pare de falar nesse tom”. [...] O que quer dizer: o enunciador é

um “tom”? O “tom” é o modo de apresentação do conteúdo, independentemente da natureza da origem efetiva do conteúdo. Escolher um “tom” é adotar um tipo de voz, uma postura enunciativa. É talvez banal dizer que o professor na escola adota uma postura quando lista para seus alunos os fatos históricos da Idade Média francesa, e uma outra quando diz à sua namorada que seu vestido é bonito. É menos banal que essas posturas sejam elas próprias objeto de estudo possível para a semântica de língua, isto é, que elas estejam relacionadas ao nível da frase. (LESCANO, 2011, p. 87-88)

Nesse artigo, Lescano trata de três “tons” ou enunciadores: o Locutor, a Testemunha e o Mundo<sup>10</sup> e conclui seu texto explicando que:

A noção de “tom” quer ser, portanto, uma contribuição à homogeneização do estudo dos aspectos linguísticos que subjazem ao que se chama habitualmente “modalização”, a gestão dos pontos de vista nas narrativas, a dimensão retórica dos discursos, e sem dúvida – sejamos otimistas – outras esferas do sentido que escondem, de momento, sua natureza tonal. (LESCANO, 2011, p. 94)

## 5 No plano de fundo

Após este panorama sumário das diversas definições propostas para a noção de *ponto de vista* e sua relação com as noções de *enunciador* e *locutor*, gostaríamos de destacar alguns aspectos dessa discussão, para poder então avançar na direção de nosso próprio campo teórico e das definições e descrição que assumimos.

Em primeiro lugar, observamos que a questão dos pontos de vista ou “vozes” expressos em um enunciado e sua relação com os enunciadores têm levado os diversos autores a reconhecer que seu estatuto e sua identificação/assimilação só podem ser feitos pelo funcionamento do acontecimento enunciativo, ou seja, em relação ao enunciado (enquanto ocorrência concreta da frase na enunciação). Na

<sup>10</sup> Carel (2011) por sua vez reduzirá os enunciadores a três: a voz do Mundo, a voz do Ausente e a voz do Locutor, que correspondem aos três modos enunciativos que a autora descreve respectivamente como as modalidades de: o encontrado, o concebido e o aceito.

frase (esquema instrucional abstrato que representa as relações imanentes à língua) haveria indicações que permitiriam no enunciado e no texto assimilar os enunciadores/pessoas a personagens ou indivíduos.

Por outro lado, e como consequência de sua inscrição nos enunciados, os pontos de vista levam os linguistas a deslocar e alargar a unidade de análise, trazendo para a reflexão o modo de *integrar* os enunciados, os enunciadores e seus respectivos pontos de vista, ao texto. O “apelo” feito por Ducrot e Carel no fim de seu artigo sobre a polifonia linguística nos parece revelador desta tendência:

De fato, esse apelo ao trabalho com textos nos parece estar no próprio espírito da semântica polifônica. Esta, insistiremos nisso para concluir, impõe, ainda mais do que qualquer outra forma de semântica, que se olhem as utilizações reais das frases, que se confronte a língua ao discurso. De fato, os próprios conceitos de que se serve a polifonia, enunciador, locutor, atitude, encenação, não podem ter nenhuma realidade na língua mas apenas na transformação da língua em discurso – até mesmo se essa transformação é guiada pela língua. (DUCROT; CAREL, 2008, p. 18)

### **A declaração de Ducrot a seguir, parece-nos ir na mesma direção:**

Eu quis deixar em aberto uma possibilidade, que de minha parte não consegui explorar, embora a tenha mencionado algumas vezes (por exemplo, no início deste artigo quando tratei da identificação dos enunciadores). Se for possível efetivamente identificar o enunciador de um enunciado com o enunciador de outro enunciado em um mesmo texto, poderia, ao mesmo tempo, se atribuir aos enunciadores um estatuto no interior do texto: eles seriam considerados componentes da interpretação do texto. Sem excluir esta possibilidade, eu trabalhei de fato em outra direção: servi-me dos enunciadores somente para estabelecer o sentido de cada um dos enunciados onde eles apareciam, e foi pela composição do sentido dos diversos enunciados de um mesmo texto que eu tentei (ou simplesmente projetei) constituir uma interpretação global para o texto. (DUCROT, 2001, p. 15; nossa tradução).

Finalmente, a noção de ponto de vista na sua relação com a noção de enunciador traz para a teoria a espinhosa questão da origem e natureza dos conteúdos semânticos expressos nos enunciados. Afastando-se ao mesmo tempo de uma abordagem referencialista que considera os pontos de vista como proposições e de uma abordagem pragmática que os considera como atos ilocucionários, vimos que Ducrot (2001) os define como “palavras virtuais de um discurso concebido sem a intervenção de nenhuma pessoa que o tenha pronunciado previamente”. De forma semelhante, como já o mencionamos, Anscombe (2005) defende que “por trás das palavras só há outras palavras” e que os objetos ou entidades objetais só refeririam a um *feixe de discursos*. Porém qual é o estatuto teórico desses outros discursos ou palavras virtuais? Como eles são convocados nos enunciados? Como eles afetam a enunciação do locutor e principalmente sua própria constituição como locutor?

A proposta da atual Teoria Argumentativa da Polifonia diferencia duas funções na figura dos enunciadores: os *ângulos de vista*, sobre os quais somente se diz que relativizam os conteúdos introduzidos no enunciado, não sendo, portanto, “indivíduos particulares” (CAREL, 2010), e as *pessoas* (“seres míticos”, “vozes”) ou “tons ou posturas enunciativas”, definidos por Lescano (2011, p. 94).

A noção de *ângulo de vista* fica sintomaticamente sem definição nos textos, apenas exemplificada (*segundo seu médico, Pedro vai bem*) e referida por analogia à noção de focalização proposta por Genette (1972). A noção de *tom*, por sua vez, é definida como “modo de apresentação do conteúdo, independentemente da origem efetiva do conteúdo” (LESCANO, 2011, p. 94) e é explicada, como já vimos, através de um exemplo que alude, também sintomaticamente, a diferentes papéis sociais que poderiam ser realizados pelo locutor:

Escolher um “tom” é adotar um tipo de voz, uma postura enunciativa. É talvez banal dizer que o professor na escola adota uma postura quando lista para seus alunos os fatos históricos da Idade Média francesa, e uma outra quando diz à sua namorada que seu vestido é bonito (LESCANO, 2011, p. 88).

Enquanto aos conteúdos semânticos, eles são definidos argumentativamente a partir da Teoria dos Blocos Semânticos. Assim, a Teoria Argumentativa da Polifonia “se interessa pela responsabilidade do locutor e dissocia, para fazer isso, o fato de utilizar um conteúdo, o modo sob o qual o conteúdo aparece, e enfim a fonte do conteúdo” (CAREL, 2011, p. 35).

Porém, um problema persiste e sinaliza para nós o ponto cego dessa teorização que não consegue conceber os “seres discursivos” a não ser pela categoria de indivíduos, nem consegue visualizar outro modo de funcionamento das práticas discursivas que não seja a oposição realidade / ficção-mito.

O fechamento das descrições/explicação a todo exterior teórico, a redução da relação língua/discurso à oposição frase (esquema instrucional virtual) / enunciado (ocorrência real/atualização), a compreensão da “polifonia intertextual” - atribuída a Bakhtin- e suas vozes como presença de “discursos passados”, são o resultado previsível da interdição epistemológica, assumida pela “polifonia linguística”, de convocar qualquer noção que traga para o campo da descrição linguística uma menção às práticas sociais e históricas de exercício da enunciação. Não é de se estranhar, então, que sendo percebido o problema, a possível solução seja posta, mais uma vez, na elaboração de um raciocínio por analogia, convocando novamente a *metáfora do olhar* e suas derivas (“plano de fundo”) para produzir uma explicação.

Um problema persiste. Quer a polifonia diga respeito aos conteúdos ou às instâncias enunciantes, quer ela seja intertextual ou semântica, ela é geralmente representada por uma simples superposição de proposições ou de vozes, cujo efeito de conjunto é por vezes evocado (fala-se de dialogismo), mas permanece, quanto ao essencial, a ser descrita. A importação, no domínio linguístico, das reflexões das teorias da imagem sobre a noção de plano de fundo poderia permitir progressos nessa direção. (CAREL, 2011, p. 85)

Trata-se, do nosso ponto de vista, de um recuo teórico que evita, por um desvio pouco original, o ponto de inflexão visualizado por Ducrot (1988) ao pensar na natureza da relação língua/sociedade:

Não quero dizer, e esta será minha conclusão final, que a língua impõe uma ideologia; parece-me, pelo contrário, que ela nos deixa uma certa liberdade ideológica. Considero que a língua é feita para uma sociedade que tem uma ideologia e que se adapta a essa ideologia, funciona graças a ela. A língua precisa da ideologia. (DUCROT, 1988, p. 151; nossa tradução)

## **6 Agenciamento enunciativo**

Como já o anunciamos no início deste trabalho, no campo dos estudos semântico-enunciativos no Brasil, a reflexão sobre o funcionamento polifônico dos enunciados e seus efeitos na produção do sentido seguiu um rumo diferente daquele percorrido pelos autores franceses que acabamos de apresentar. A diferença primordial se encontra no fato de trazer para o seio da descrição semântica as noções de história e ideologia, estabelecendo um diálogo produtivo com a teoria materialista da Análise de Discurso.

Já em 1980, Carlos Vogt afirma explicitamente que “o ideológico também está inscrito na linguagem humana” (VOGT, 1980, p. 130) e sustenta que:

A distância entre a linguagem e o mundo é dada pela própria natureza dos signos. Eles fazem as vezes de, estão sempre porque algo falta. É esta falta do mundo que estabelece entre o indivíduo e a linguagem um jogo de cumplicidades, no qual a representação do mundo passa sempre, de alguma forma, pela representação ideológica do outro. Neste sentido, parece legítimo falar de uma ideologia interna à própria linguagem. (VOGT, 1980, p. 139)

Por sua parte, Eduardo Guimarães considera, desde seus trabalhos iniciais, a historicidade da língua no acontecimento enunciativo.

A nossa concepção de linguagem, então, é de que ela é um fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto

como desvio ou quebra de uma regra. Quanto a uma língua, diríamos que ela é uma dispersão de regularidades que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno social e histórico (GUIMARÃES, 2007a, p. 17).

Pelo fato de considerar a historicidade da língua, o autor propõe um diálogo com a Teoria materialista da Análise de Discurso.

A abordagem semântica que procuraremos desenvolver pretende abrir uma relação com a análise do discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito. Nossa intenção não é, simplesmente, produzir uma semântica articulável com uma teoria do texto, mas com uma teoria e análise do discurso. [...] Assim, esta semântica deve, por um lado, necessariamente, considerar a questão da representação do sujeito na constituição do sentido, e, por outro, construir um conceito de texto que se articule a este conjunto de preocupações. (GUIMARÃES, 2007a, p. 11-12).

Em trabalhos mais recentes, nos quais desenvolve a proposta teórica de uma *Semântica do Acontecimento*, Guimarães aborda a relação que se estabelece entre o falante e a(s) língua(s) na enunciação e teoriza sobre os modos de representação nos enunciados do conflito que divide constitutivamente os *espaços de enunciação*, necessariamente afetados pelo político (GUIMARÃES, 2002; 2005)<sup>11</sup>.

Com efeito, segundo este autor, o acontecimento da enunciação se dá sempre num espaço de divisão de línguas, que o autor define por meio do conceito de *espaço de enunciação*:

São espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

---

<sup>11</sup> No que segue, retomo a reflexão que desenvolvi em Zoppi Fontana, 2012.



Trata-se, portanto, de um espaço político, constitutivamente marcado por disputas pelas palavras e pelas línguas. Por “político”, entende-se o “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 16). O político não é, dessa maneira, algo exterior à língua; ao contrário, ele é parte do seu funcionamento. Por ser necessariamente atravessada pelo político, a língua é marcada por uma divisão, pela qual os falantes se identificam. O falante é, então, concebido como uma “figura política constituída pelos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 18), e não como indivíduo ou ser bio-psico-social que realiza o ato de falar. Nessa perspectiva, é o espaço de enunciação que constitui o falante como sujeito no acontecimento enunciativo. Assim, o conceito de espaço de enunciação permite pensar *politicamente* a diversidade linguística como divisão da(s) língua(s) e, conseqüentemente, definir os falantes dessa(s) língua(s) enquanto constituídos enunciativamente pelo conflito entre *modos e direitos de dizer* desigualmente distribuídos<sup>12</sup>. Segundo Guimarães, esse conflito se encontra presente na língua como uma deontologia que regula as relações entre os falantes. De nossa parte, destacamos o fato de que compreendemos a língua como *forma material* (ORLANDI, 1996), isto é, sempre-já inscrita nos processos históricos que determinam seu funcionamento em condições de produção específicas<sup>13</sup>, o que nos leva a considerar essa “deontologia global da língua” como efeito do *interdiscurso* no acontecimento enunciativo, ou seja, no agenciamento da enunciação.

A novidade trazida para a teoria da enunciação por este conceito permite produzir um deslocamento fundamental na maneira de considerar o lugar e funcionamento do *falante* na enunciação: “Quem assume a palavra é o falante, constituído pelo espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2007b, p. 206).

<sup>12</sup> Para Guimarães (2007b, p. 205) “o funcionamento de uma língua é diretamente afetado por suas divisões, tanto geográficas (horizontais), quanto sociais (verticais). Esta posição, ao se colocar como oposta a posições como a variacionista, [...] marca diretamente o caráter político da enunciação”.

<sup>13</sup> Vale a pena lembrar a definição de língua proposta por Guimarães (1977), que a considera “uma dispersão de regularidades linguísticas constituídas sócio-historicamente” (apud GUIMARÃES, 1989, p. 76).

O espaço de enunciação é assim decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva, nem como uma distribuição estratificada de características. Falar é assumir a palavra nesse espaço dividido de línguas e falantes. (GUIMARÃES, 2007b, p. 206)

Desta maneira, o autor conclui que a enunciação se dá por agenciamentos específicos da língua: “os *falantes* são tomados por agenciamentos enunciativos configurados politicamente” (GUIMARÃES, 2007b, p. 206). Para descrever esses agenciamentos, Guimarães propõe uma análise da *cena enunciativa*, na qual se constituem as figuras específicas do agenciamento enunciativo: “aquele que fala” e “aquele a quem se fala”. Para o autor, uma cena enunciativa se caracteriza por “modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre figuras de enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p. 23) e neste sentido pode ser caracterizada como *especificações locais nos espaços de enunciação* (GUIMARÃES, 2007b, p. 207). Portanto, descrever uma cena enunciativa “é analisar o próprio modo de constituição dos lugares de dizer pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2007b, P. 207). As figuras enunciativas que compõem a cena são: *locutor*, *locutor-x*, *enunciador*, *alocutário*, *alocutário-x* e *destinatário*.

O *Locutor* - que representamos com a letra L maiúscula - é o lugar que se representa no próprio dizer como sua fonte. Porém, no acontecimento da enunciação há uma disparidade constitutiva entre o *Locutor* e o *locutor-x*. Com efeito, para estar no lugar de Locutor (L) é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, de um certo modo e em certas línguas, ou seja “o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social ao que chamaremos de *locutor-x*, onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc.)” (GUIMARÃES, 2002, p. 24). Podemos, então, analisar o agenciamento enunciativo perguntando, para um determinado recorte textual, de que lugares sociais é possível dizer o que aparece dito nos enunciados e do modo como aparece dito?

Assim, pela descrição da figura do *locutor-x* e de sua disparidade constitutiva com a figura do Locutor, Guimarães propõe uma definição teórica e um procedimento analítico para abordar as representações do sujeito nos enunciados, na sua divisão constitutiva.

Na descrição da cena enunciativa Guimarães (2002, 2007b, 2011) ainda considera os *lugares de dizer*, que ele denomina *enunciadores* e que distingue como *enunciador individual*, *enunciador coletivo*, *enunciador genérico* e *enunciador universal*. Não podemos deixar de notar que esta descrição do funcionamento da cena enunciativa e especificamente da figura dos enunciadores data da década de oitenta (o livro *Texto e Argumentação* foi publicado em 1987 e recolhe trabalhos mais antigos), portanto antecedendo em pelo menos duas décadas aos trabalhos da Teoria Argumentativa da Polifonia, nos quais se define a figura do enunciador a partir das categorias de “pessoa” e “tom”.

Para o autor, os *enunciadores* representam no acontecimento enunciativo (e portanto nos enunciados nele produzidos) diversos modos de apagamento do lugar social do locutor (*locutor-x*), ou dito de outra maneira, apaga-se a *disparidade constitutiva* do agenciamento enunciativo entre o Locutor e o locutor-x: apaga-se para o falante a natureza política do acontecimento de sua enunciação. Poderíamos nos perguntar, junto com o autor: “o que explica estas divisões do Locutor que funcionam produzindo o apagamento do social e da história?” (GUIMARÃES, 2002, p. 30).

Para nosso trabalho são fundamentais e inspiradoras as especificações fornecidas por Guimarães a modo de resposta a essa pergunta; trata-se da relação dos *enunciadores* com o *interdiscurso* no acontecimento da enunciação e o modo como essa relação aparece representada pelo funcionamento da figura dividida do Locutor/locutor-x. Para o autor, falar é ser tomado por um agenciamento político no acontecimento da enunciação, que se dá por uma relação com as formas da língua, sobredeterminadas pelo *espaço de enunciação* e pelo *interdiscurso*. O Locutor fala de *uma região do interdiscurso*, de uma memória de sentidos, na qual ocupa uma *posição sujeito* que o constitui no acontecimento enunciativo numa relação particular com o lugar social –*locutor-x*– do qual

enuncia e com o espaço de enunciação no qual é constituído como *falante*. Esta caracterização poderia “levar a pensar que a figura do enunciador não é nada mais do que uma repetição da questão da posição do sujeito. Mas não é o caso”. (GUIMARÃES, 2002, p. 30). Através de exemplos esclarecedores o autor demonstra a riqueza de relações possíveis entre o *lugar de dizer* (enunciador) e o *lugar social de dizer* (locutor-x) e as posições-sujeito que se delimitam em relação a diversos processos discursivos.

Nada impede que da posição de sujeito científico o *lugar do dizer* seja o enunciador-universal e o *lugar social* seja o de locutor-presidente. Tantas vezes o atual presidente [FHC na época] mobilizou argumentações próprias da economia, da sociologia, etc. enunciando do lugar de presidente. Mas não deixa de ser interessante ver como falar do lugar do presidente a partir de uma posição do discurso científico é diferente de falar do lugar do presidente a partir de uma posição do discurso jurídico, como no caso do [enunciado performativo] *Decreta*. (GUIMARÃES, 2002, p. 31)

Desta maneira, Guimarães explicita o diálogo teórico estabelecido pela abordagem semântica que ele pratica com a Análise de Discurso filiada aos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Em um trabalho anterior, esta relação do acontecimento da enunciação (representado no texto pelas figuras da cena enunciativa) com a língua e o interdiscurso era descrita como segue:

Tenho definido a enunciação como o pôr-se a língua em funcionamento, movimentada pelo interdiscurso, quando alguém ocupa aí uma posição de sujeito. A língua, na sua ordem própria, é movimentada pelo interdiscurso. Não há como ela ser apropriada por quem fala: a língua é materialmente histórica e funciona na enunciação em virtude de sua historicidade. [...] Isto faz com que toda enunciação seja uma dispersão de posições de sujeito. Ocupar uma posição de sujeito, identificar-se como sujeito é, sempre, estar dividido entre o que se supõe saber sobre si e o que é dito na enunciação. (GUIMARÃES, 1999, p. 21)

Como já vimos nas citações de trabalhos mais recentes, esta divisão do sujeito se *mostra* no sentido dos enunciados pela *disparidade constitutiva* entre a figura do Locutor e do locutor-x e pela relação de ambas as figuras enunciativas com os *lugares de dizer* (enunciadores).

## 7 Conclusão

Por falta de espaço vamos nos limitar aqui a destacar os aspectos mais importantes da contribuição da Semântica do Acontecimento para a descrição do sentido dos enunciados na sua relação com a representação do sujeito.

Em primeiro lugar, gostaríamos de apontar que a descrição semântica se realiza sobre *os enunciados na sua relação integrativa nos textos*, portanto, os procedimentos de análise do sentido dos enunciados não comporta a descrição de outro nível de funcionamento semântico (como seria o caso da descrição da *frase*, na abordagem de Ducrot, Carel, Lescano e outros autores já mencionados).

Em segundo lugar, se adota uma concepção de linguagem que a define por uma relação constitutiva com os processos sócio-históricos que determinam o acontecimento enunciativo. Pela incorporação dos conceitos de *posição sujeito e interdiscurso* à teoria, a descrição semântico-enunciativa consegue definir teoricamente o que é o funcionamento dos “pontos de vista” ou “perspectivas enunciativas”, sem cair no psicologismo nem no individualismo metodológico.

Finalmente, a disparidade da figura do Locutor em relação a si mesma, produzida pela consideração do *lugar social de dizer* (locutor-x) e sua relação com a temporalidade do acontecimento enunciativo (essa representação sendo sustentada pelo *memorável* que recorta outras enunciações e pela projeção de uma *futuridade interpretativa*) permite abordar o funcionamento da performatividade, da modalização, da evidencialidade e da argumentação por autoridade sem referi-lo a um indivíduo ou “ser de discurso” concebido como origem ou instância enunciativa organizadora do dizer. Nesse sentido, remetemos aos

trabalhos de Guimarães (2011) sobre performatividade e a nosso próprio trabalho sobre modalização (ZOPPI FONTANA, 2012), evidencialidade (ZOPPI FONTANA; FAGUNDES, 2008) e “engajamento” ou distanciamento enunciativos (ZOPPI FONTANA, 2004; 2014). Assim, por exemplo, definimos:

As marcas de modalização como indícios do *agenciamento político da enunciação*, sendo referidas ao Locutor enquanto predicadas pelo lugar social (locutor-x) que lhes fornece a sustentação. Não se trata, portanto, da avaliação de um *eu*, considerado fonte e origem de atitudes e apreciações, mas de um *modo de dizer* produzido pelo funcionamento complexo dos agenciamentos políticos no acontecimento da enunciação, sobredeterminados pelas relações contraditórias de filiação a diferentes posições-sujeito no interdiscurso. (ZOPPI FONTANA, 2004, p. 12)

Embora sejamos cientes do longo caminho ainda a percorrer para explicitar melhor a articulação das noções de *cena enunciativa*, *posição sujeito e interdiscurso*, acreditamos que os primeiros passos já estão dados na direção que nos permite escapar às armadilhas da metáfora do olhar, presente na teoria como “ponto de vista” ou “ângulo de vista”. Uma teoria enunciativa que considere o acontecimento da linguagem como uma prática histórica e que compreenda a divisão/cisão constitutiva do sujeito, afetado simultaneamente pela ideologia e o inconsciente, permitirá avançar na descrição do agenciamento enunciativo e da produção material do sentido e de sua representação nos enunciados e nos textos.

## REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, J.-C. Thème, espaces discursifs et représentations événementielles. In: ANSCOMBRE, J.-C.; ZACCARIA, G. (Ed.) **Fonctionnalisme et pragmatique**. Milan: Edizioni Unicopli, 1990. p. p. 43-150.
- ANSCOMBRE, J.-C. Parole proverbiale et structures métriques. **Langages**, n. 139, p. 6-26, 2000.

ANSCOMBRE, J.-C. Le ON-locuteur : une entité aux multiples visages. In: **Bres J. et al. (éds) Dialogisme et polyphonie. Approches linguistiques.** Actes du Colloque de Cerisy. Bruxelles: De Boeck Supérieur, p.75-94, 2005.

ANSCOMBRE, J.-C. La comédie de la polyphonie et ses personnages. **Langue Française**, 164, p. 11-31, 2009.

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. Ducrot. **L'Argumentation dans la langue.** Liège-Paris-Bruelas: Mardaga. 1983.

AUTHIER-RÉVUZ, J. Les formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés. **DRLAV**, Paris, n. 17, p.1-78, 1978.

AUTHIER-RÉVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: Eléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV**, Paris, n. 26, p. 91-151, 1982

AUTHIER-RÉVUZ, J. **Palavras Incertas.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

BAKTHIN, M. **Problemas da poética de Dostoïevski.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. Edição Original: 1970.

BALLY, C. **Linguistique générale et linguistique française.** Berne: Francke, 1965. Edição Original: 1932.

BANFIELD, A. Où l'épistémologie, le style et la grammaire rencontrent la théorie littéraire. **Langue Française**, n. 44, p. 9-26, 1979.

BARBISAN, L.; M. TEIXEIRA, M. Polifonia: Origem e Evolução do Conceito em Oswald Ducrot. **Órganon**, v. 16, n. 32-33, p.161-180, 2002.

BERRENDONNER, A. **Éléments de pragmatique linguistique.** Paris: Éditions de Minuit, 1981.

BRÉAL, M. **Ensaio de semântica. Ciência das significações.** Trad. Eduardo Guimarães (et al.). São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1992. Edição Original: 1897.

CAREL, M. Polifonia e argumentação. **Revista do Programa de Pós-**

**Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 6 - n. 1, p. 22-36 - jan./jun. 2010. Edição Original: 2008.

CAREL, M. A polifonia linguística. **Letras de Hoje**, v. 46, n. 1, p. 27-36, 2011.

COURTINE, J-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, n. 62, p. 9-127. 1981.

COURTINE, J-J. Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. **Philosophiques** 9.2, p. 239-264, 1982.

DUCROT, O. et al. **Les mots du discours**. Paris: Ed. de Minuit, 1980.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. Edição Original: 1984.

DUCROT, O. **Polifonía y argumentación**. Conferencias del seminário Teoría de la argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

DUCROT, O. Quelques raisons de distinguer « locuteurs » et « énonciateurs ». **Polyphonie – linguistique et littéraire**, III, p. 19-41, 2001. Disponível em: <[http://www.hum.au.dk/romansk/polyfoni/Polyphonie\\_III/Oswald\\_Ducrot.htm](http://www.hum.au.dk/romansk/polyfoni/Polyphonie_III/Oswald_Ducrot.htm)>.

DUCROT, O.; CAREL, M. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, v. 43, n. 1, p. 7-18, 2008. Edição Original: 2006.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: Atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. GADET, F. ; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Edição Original: 1975.

GENETTE, G. **Figures III**. Paris: Seuil. 1972

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação. Um estudo de conjunções do Português**. 4. ed. ampliada. Campinas: Pontes, 2007a. Edição Original: 1987.



GUIMARÃES, E. Enunciação e História. In: GUIMARÃES, E. (Org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p. 71-79.

GUIMARÃES, E. Texto e enunciação. **Órganon. Revista do Instituto de Letras**, Porto Alegre, UFRGS, v. 9, n. 23 p. 63-67, 1995.

GUIMARÃES, E. Interpretar. Língua e acontecimento. In: **Revista Brasileira de Letras**, v. 1, São Carlos, UFSCAR, p. 19-25, 1999.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. **Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil**. Campinas, Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.

GUIMARÃES, E. Posfácio. Acontecimento e argumentação. In: GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação**. 4. ed. ampliada. Campinas: Pontes, 2007.b. p. 203-216.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto. Procedimentos, análises, ensino**. Campinas: RG Editora, 2011.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita. Língua, sujeito, discurso**. Trad. M. Fausta Pereira de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. Edição Original: 1977.

KLEIBER, G. Sur les sens des proverbes. **Langages**, n. 139, p. 39-58, 2000.

LESCANO, A. Para um estudo do tom. **Letras de Hoje**, v. 46, n. 1, p. 86-95, jan./mar. 2011. Edição Original: 2009.

MALDIDIER, D. (Re)lire Michel Pêcheux aujourd'hui. In: **L'inquietude du discours**. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

NØLKE, H. La polyphonie linguistique avec un regard sur l'approche scandinave. In: DURAND, J.; HABERT, B.; LAKS, B. (Eds.) **Congrès Mondial de Linguistique Française - CMLF'08**. Paris, Institut de Linguistique Française, p. 129-145, 2008.

NØLKE, H., K. FLØTTUM, K.; e NORÉN, C. **ScaPoLine. La théorie scandinave de la polyphonie linguistique**. Paris: Kimé, 2004.

ORLANDI, E. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. Trad. Eni P. Orlandi. GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990a. Edição Original: 1969.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi (et al.). Campinas: Editora da Unicamp, 1988. Edição Original: 1975.

PÊCHEUX, M. **O discurso: Estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990b. Edição Original: 1983.

PLÉNAT, M. Sur la grammaire du style indirect libre. **Cahiers de Grammaire**, 1, p. 95-140, 1979.

RABATEL, A. **La construction textuelle du point de vue**. Paris: Delachaux et Niestlé, 1998.

VOGT, C. **O intervalo semântico. Contribuição para uma teoria semântica argumentativa**. São Paulo: Ática, 1977.

VOGT, C. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1980.

ZOPPI FONTANA, M. **Cidadãos Modernos. Discurso e Representação Política**. 2. ed. revisada. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. Edição Original: 1997.

ZOPPI FONTANA, M. A arte de cair fora. O lugar do terceiro na enunciação. **Revista Ecos**, ano II, n. 2, p. 59-69, 2004.

ZOPPI FONTANA, M. A arte do detalhe. In: **Web-Revista Discursividade: Estudos Linguísticos**, v.9, s.d., 2012. Disponível em: <<http://www.discursividade.cepad.net.br>>.

ZOPPI FONTANA, M.; FAGUNDES, V. A evidencialidade e a construção de provas nos delitos de palavra: calúnia, difamação e preconceito racial. **Estudos da Língua(gem)**, v. 10, n. 1, p. 63-85, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/seer/index.php/estudosdalinguagem/article/viewArticle/251>>.

*Recebido em abril de 2015.*

*Aceito em maio de 2015.*

## **SOBRE A AUTORA**

**Mónica G. Zoppi Fontana** concluiu bacharelado em Letras - Universidad de Buenos Aires (1988) e Licenciatura en Enseñanza Media Especial e Superior en Letras - Universidad de Buenos Aires (1985); é Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Atualmente é professora MS3 do Departamento de Linguística, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Tem experiência docente e em pesquisa na área de Linguística, com ênfase nas especialidades de Semântica da Enunciação, Análise do Discurso e História das Ideias Linguísticas. É pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Urbanos (LABERUB), NUDECRI/UNICAMP e participa do quadro docente do Mestrado Multidisciplinar em Jornalismo Científico e Cultural, IEL/LABJOR, UNICAMP. Participa, também, em Programas Estaduais e Municipais de Formação Continuada de Professores em Língua Portuguesa. Coordena ambientes virtuais de educação à distância, nas modalidades de extensão e de ensino e tem experiência na produção de material didático multimídia. De 2004-2010 coordenou um projeto de intercâmbio científico entre a UNICAMP-USP-UBA no programa Centros Associados Brasil-Argentina, financiado pelas CAPES-SPU. Atualmente é executora do convênio PROCAD-NF de fortalecimento de programas de pós-graduação com o Mestrado multidisciplinar Memória, Sociedade, Linguagem; da UESB. Sua pesquisa aborda questões de políticas linguísticas, saber urbano e linguagem, discurso político e jurídico, divulgação científica, enunciação e processos de subjetivação, argumentação e processos de designação.

E-mail: monzoppi@gmail.com